ACÓRDÃO - AC00 - 1287/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/2780/2018
PROTOCOLO	: 1892321
TIPO DE PROCESSO	: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS DE CORGUINHO
JURISDICIONADO	: RENATA CANHETE
RELATOR	: CONS. JERSON DOMINGOS

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS – CORRETA ELABORAÇÃO – VALORES CONTÁBEIS – IMPROPRIEDADES – PARECER EMITIDO PELO CONSELHO MUNICIPAL – AUSÊNCIA DE ASSINATURA – AUSÊNCIA DE ATO DE NOMEAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL – EMPRESA TERCEIRIZADA – PROVIMENTO DO CARGO – REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – MANUTENÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO OFICIAL – AUSÊNCIA DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA OFICIAL NO MUNICÍPIO – JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.

A apresentação dos resultados do exercício e a demonstração do atendimento à legislação em vigência na prestação de contas anual de gestão, exceto pelas impropriedades verificadas que, em relação ao conjunto, não comprometem a análise e a confiabilidade das contas, atraem a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e a aprovação com ressalva, que resulta na recomendação cabível ao atual gestor.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 22ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 9 a 12 de agosto de 2021, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pelo julgamento da Prestação de Contas Anual de Gestão do **Fundo Municipal de Investimento Social de Corguinho/MS**, relativo ao exercício **2017**, de responsabilidade da Sra. **Renata Canhete** (Gestora do Fundo e Secretária Municipal de Ação Social - à época), como **contas regulares com ressalva**, pelas razões expostas no relatório-voto; pela **recomendação** ao gestor atual para que observe com maior rigor as normas legais que regem a Administração Pública, evitando que as falhas aqui verificadas voltem a ocorrer, especialmente quanto à ausência de documentos de remessa obrigatória; pela **recomendação** ao gestor atual (Prefeita Municipal) para **providenciar a realização de concurso público para o provimento do cargo de Contador**, o qual não pode ser objeto de terceirização ou de provimento exclusivo em comissão sob pena de burla ao princípio do concurso público, contabilizando-se a despesa decorrente como despesa de pessoal, nos termos previstos na Lei Complementar Federal nº

101/2000, fim de evitar problemas futuros com o limite de gasto com pessoal; e pela **recomendação** ao gestor público atual ou quem vier a sucedê-lo, que adote medidas para manter as Disponibilidades de Caixa, em instituições Financeiras Oficiais (leia-se pública, controlada pelo Poder Público), ressalvados os casos previstos em lei, cumprindo desta forma o que determina o art. 164, § 3º, da CF/88 e art. 43 da LRF.

Campo Grande, 12 de agosto de 2021.

Conselheiro **Jerson Domingos** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos – Relator

Trata o presente processo da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Investimento Social de Corguinho/MS, relativo ao exercício 2017, de responsabilidade da Sra. Renata Canhete (Gestora do Fundo e Secretária Municipal de Ação Social - à época), nomeado pela Sra. Marcela Ribeiro Lopes (Prefeita Municipal - atual), conforme a Portaria nº 87/2017 (fl. 04).

A Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão, examinando a matéria (ANA - DFCGG - 30557/2018, fls. 168/176), concluiu:

> "Face ao exposto, entendemos que a presente Prestação de Contas anual do Fundo Municipal de Investimentos Sociais de Corguinho/MS, referente ao exercício financeiro de 2017, **oferece condições favoráveis para obter aprovação**, ressalvando-se quanto à ocorrência de quaisquer outros processos pendentes de julgamentos nesta Corte de Contas." (grifo conforme o original)

A Auditoria emitiu o Parecer PAR - GACS LLRP - 13000/2020 (fls. 227/238), opinando da seguinte forma:

> "Ante o exposto, com base nos exames e conclusões presentes nas fundamentações deste Parecer e do Parecer apresentado na peça nº 46, o qual se mantém nas demais matérias, em cumprimento ao que estatuem os artigos 14, I, 37, 42, caput, e inciso II, 46, e 59, III, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 (LOTCE/MS), esta Auditoria opina pela **irregularidade** destas Contas Anuais de Gestão." (grifo conforme o original)

Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 4717/2021 (fls. 239/243), exprimindo seu parecer no seguinte sentido:

> "I – Julgue como **CONTAS IRREGULARES** a Prestação de Contas de Gestão, exercício 2017, do Fundo Municipal de Investimentos Sociais de Corguinho/MS, gestão da Sra. **MARCELA RIBEIRO LOPES**, Prefeita Municipal à época, e da Sra. **RENATA CANHETE**, Secretária Municipal à época, nos termos do artigo 77, inciso II da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul c/c artigo 59, inciso III da Lei Complementar nº 160/2012 e artigo 17, inciso II, "a", 4, da Resolução TCE/MS nº 98/2018, tendo em vista a ausência de documentos obrigatórios, ausência de um Controle Social efetivo, existência de disponibilidade de caixa em Bancos não oficiais, o que contraria comando do art. 164, § 3º, da CF/88 e o art. 43, da LRF, infringindo norma legal e as disposições da Resolução TCE/MS nº 54/2016, tipificando as infrações previstas no artigo 42, caput, II, IV, VIII e IX da Lei Complementar nº 160/2012; II – **APLICAR MULTA** aos gestores Sra. **MARCELA RIBEIRO LOPES**, e à Sra. **RENATA CANHETE**, nos termos do artigo 44, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c artigos 17, inciso V e artigo 181, inciso I, ambos da Resolução TC/MS nº 98/2018, concedendo prazo para comprovação do recolhimento nos autos, sob pena de cobrança pela via executiva; III – **RECOMENDAR** ao responsável pelo Órgão que observe com

> maior rigor as normas legais que regem a Administração Pública, evitando que as falhas aqui verificadas voltem a ocorrer, como a manutenção de disponibilidade de caixa em instituições financeiras não oficiais, devendo providenciar o encerramento da conta bancária do Fundo em instituições privadas, dando fiel cumprimento ao comando do art. 164, § 3º da CF/88 e o art. 43, da LRF, e também atentem às normas de natureza contábil, devendo nos próximos exercícios financeiros encaminhar a este TCE os documentos obrigatórios; IV – **COMUNIQUE** o resultado do julgamento aos interessados nos moldes do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal." (grifo conforme o original)

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos – Relator

Das razões do voto

Vieram os autos para análise e relatório-voto da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Investimento Social de Corguinho/MS, relativo ao exercício 2017, de responsabilidade da Sra. Renata Canhete (Gestora do Fundo e Secretária Municipal de Ação Social - à época).

Em análise da documentação acostada nos autos observa-se que a entrega destas contas anuais de gestão ocorreu em 02/04/2018 (data de autuação do sistema e-Contas), portanto, fora do prazo determinado no Manual de Remessa de Informações, aprovado pela Resolução Normativa TCE/MS nº 54/2016, vigente à época (Anexo III, Item 2.1, Subitem 2.1.1, letra "A"), ou seja, dentro de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício financeiro, conforme o recibo de protocolo (fl. 02). **Entretanto**, quanto a este apontamento, corroboro com a análise e posicionamento da d.Auditoria (fl. 231), pois o prazo regimental deu-se em dia não útil (sábado), e o jurisdicionado apresentou a prestação de contas no primeiro dia útil seguinte.

Prosseguindo, as mesmas, apresentaram-se parcialmente instruídas com os documentos exigidos no Anexo III, Item 2.1, Subitem 2.1.1, Letra B, da Resolução - TCE/MS nº 54/2016, vigente à época.

A autorização legislativa para o Orçamento Programa do Município de Corguinho/MS, relativo ao exercício de 2017, foi concedida através da Lei Municipal nº 800/2016 (LOA), sendo destinado para o Fundo Municipal epigrafado o valor de R$ 199.895,00 (Cento e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais).

No decorrer do exercício financeiro verificou-se que os decretos de abertura de créditos adicionais que se encontram nos autos do processo comprovaram a manutenção do valor inicialmente epigrafado. Neste cenário, o total do orçamento

inicialmente aprovado no valor de R$ 199.895,00, manteve-se inalterado, **valor compatível** com a importância registrada tanto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (fl. 37), bem como no Anexo 12 - Balanço Orçamentário (fls. 70/72).

A execução orçamentária da receita atendeu à disposição do art. 11 da Lei Federal nº 4.320/1964, por apresentar a classificação econômica da receita orçamentária, conforme visto no conforme visto no Anexo 10 (Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, fl. 36), o qual evidencia receita orçada de R$ 199.895,00 e arrecadada na ordem de R$ 78.566,86.

Do mesmo modo, restou suprida a determinação do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/1964, por apresentar a fixação e a realização da despesa orçamentária por classificação funcional e por categorias econômicas, conforme constatado no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (fl. 37), o qual demonstra despesa autorizada de R$ 199.895,00 e empenhada na ordem de R$ 61.141,01.

As demonstrações do Balanço Orçamentário (Anexo 12, fls. 70/72), do Balanço Financeiro (Anexo 13, fls. 73/75), do Balanço Patrimonial (Anexo 14, fls. 76/77), a Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15, fls. 78/79) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18, fls. 81/82), foram elaboradas conforme explicitada a Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP) vigente para o exercício.

Em análise da Prestação de Contas do referido Fundo Municipal, a Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão (DFCGG) constatou algumas irregularidades, o que ocorreu pela ausência de documentos de remessa obrigatória, bem como informações que não constam dos autos e inconsistência nos Demonstrativos Contábeis, conforme exigido no Anexo III, Item 2.1, Subitem 2.1.1 e artigo 40, Parágrafo único, ambos da Resolução TCE-MS nº 54/2016 (vigente à época).

Devidamente intimadas nos termos Regimentais, a Sra. Renata Canhete (Gestora do Fundo e Secretária Municipal de Ação Social - à época) e a Sra. Marcela Ribeiro Lopes (Prefeita Municipal - atual) compareceram ao processo dentro do prazo estabelecido no art. 110, I, do Regimento Interno deste Tribunal juntando os documentos e apresentando justificativas sobre as irregularidades apontadas.

Após o exame da documentação acostada nos autos, a Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão (DFCGG) expos em sua análise (ANA - DFCGG - 30557/2018, fls. 168/176) que as Contas Anuais de Gestão em epigrafe, **reúne condições favoráveis para obter a aprovação**, conforme o Tópico VIII (DA CONCLUSÃO) da sua análise, opinando desta feita pela **regularidade das contas**.

A d.Auditoria em seu parecer (PAR - GACS LLRP - 5761/2019, fls. 178/192) **não ratificou o posicionamento defendido** pela equipe técnica da DFCGG, pontuou ainda, irregularidades na prestação de contas como se segue:

- ✓ Ausência do Ato de nomeação da Contadora;
- ✓ Leis que autorizam a abertura de créditos adicionais;
- ✓ Depósitos de Disponibilidades Financeiras de Caixa em Instituições Oficiais[1].

Pontuou ainda, que as Demonstrações Contábeis, referente às Contas de Gestão do exercício de 2017 (fls. 32/100) recebeu a assinatura da Sra. Fabiana de Fátima Vasum, Contadora da empresa terceirizada MK.J ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA - EPP, contrariando o disposto no § 1º do art. 18 da LRF, onde serviços de caráter técnico e contínuo não podem ser objeto de terceirização, sob pena de burla ao princípio do concurso público.

Deste modo, constato que a d.Auditoria opinou pela **irregularidade** na prestação de contas em análise.

Conforme verificado nos autos, o ilustre representante do *Parquet de Contas*, solicitou a este Relator, para que se fizesse à intimação dos responsáveis (DESPACHO DSP - 4ª PRC - 13327/2020, fls. 193/194) de modo a esclarecer sobre as impropriedades documentais apontadas pela equipe técnica d.Auditoria).

Devido ao posicionamento relatado e a fim de resguardar as garantias previstas na Lei Maior e em atenção aos Princípios da Ampla Defesa e do Contraditório, na forma do art. 4º, I, c, do Regimento Interno, determinei (DSP - G.JD - 13607/2020, fl. 195) a intimação da Sra. Sra. Renata Canhete e da Sra. Marcela Ribeiro Lopes, a remeterem a esta Corte de Contas, os documentos e/ou justificativas para sanar as possíveis irregularidades apontadas no parecer da d.Auditoria, conforme já mencionado.

Novamente intimadas nos termos Regimentais (INT - G.JD - nº 4075 e 4076/2020), as responsáveis, compareceram ao processo por meio dos Ofício GAB nº 108/2020 (fls. 201/210) e Ofício nº 112/2020 (fls. 224/225), juntando novos documentos e apresentando esclarecimentos/justificativas que julgaram necessários para sanar as irregularidades inicialmente apontadas.

Os documentos e justificativas foram então encaminhados para a d.Auditoria, que expos, em seu parecer (PAR - GACS LLRP - 13000/2020, fls. 227/238 - reexame) após análise dos novos documentos apensos ao processo, que as Contas Anuais de Gestão não estão instruídas com todos os documentos regulares exigidos, e nem em compatibilidade com as exigências contidas na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Resolução - TCE/MS nº 54/2016, opinando, desta feita pela **irregularidade das contas.**

Provocado a se manifestar, o Ministério Público de Contas em seu parecer (PAR - 2ª PRC - 4717/2021, fls. 239/243), após análise das peças que compõem os autos, **corroborou** com as irregularidades constatadas pela equipe técnica da d.Auditoria, onde as impropriedades elencadas, configuram o descumprimento e

[1] No caso houve movimentação financeira junto ao Banco Cooperativo SICREDI - S.A., conforme fl. 91.

infringência à legislação, bem como inobservância aos princípios que regem a administração pública, opinando, também, pela **irregularidade das contas.**

Feitas essas considerações, passo a discorrer sobre as impropriedades apontadas pelos órgãos técnicos desta Corte de Contas (d.Auditoria e MPC), registrando os pontos que foram ressalvados pela DFCGG, bem como uma análise minuciosa da nova documentação/justificativa acostada nos autos em resposta aos Termos de Intimação formalizadas por este Relator, conforme mencionado acima.

A. Ausência do Ato de nomeação da Contadora responsável.

Nesse tópico, a Gestora encaminhou justificativa onde informa que, quem assina as Demonstrações Contábeis é a Sra. Fabiana de Fátima Vasum, Contadora da empresa terceirizada MK.J ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA - EPP que presta serviços ao Município. Continua o jurisdicionado em sua justificativa, que levando em consideração as dificuldades organizacionais em sua estrutura funcional, bem como encontrar servidores devidamente capacitados, a Administração Pública Municipal - visando os princípios constitucionais da eficiência e legalidade - firmou o Contrato Administrativo n° 065/2017 com a empresa MKJ Assessoria Contábil Ltda. - EPP - que disponibilizou, à época, a Sra. Fabiana Vasum como colaborada, uma vez que a mesma, possui total experiência em contabilidade pública.

Entretanto, a d.Auditoria em seu parecer não concordou com as alegações trazidas aos autos pelo Jurisdicionado, pois conforme a equipe técnica da d.Auditoria, no tocante a este Tópico, é pacífico nos Tribunais de Contas a necessidade de os jurisdicionados possuírem, em seus quadros, servidores concursados para exercício de atividades técnicas, tal como é a atividade de contador. A Auditoria trouxe ainda, julgados de algumas Cortes de Contas neste sentido:

> *"TCE/MT:*
>
> *Processo nº 30.102-7/2013*
>
> *Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO Assunto SÚMULA*
>
> *Relator Conselheiro Substituto LUIZ HENRIQUE LIMA*
>
> *Sessão de julgamento 13-12-2013 –Tribunal Pleno (Extraordinária)*
>
> *SÚMULA Nº 002* ***O cargo de contador deve ser criado por lei e provido por meio de concurso público****, independentemente da carga horária de trabalho."*
>
> *"TCM/GO:*
>
> *IN nº 004/11 EMENTA: Determina que* ***os serviços de natureza contínua, como os serviços contábeis e serviços jurídicos, devem ser realizados por servidores ocupantes de cargos efetivos mediante concurso público****. Estabelece os critérios para a realização de licitação (inexigibilidade) para a contratação de advogado e contador.*

DATA: 05.10.2011"

Entretanto, em análise detalhada dos autos, verifico que o Gestor apresentou em sua defesa que o Município de Corguinho/MS, realizou um Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de diversos cargos, **inclusive o de Contador**. Contudo, conforme relatos do Jurisdicionado, as tentativas de preenchimento deste cargo em específico foram frustradas, por alguns fatores, dentre eles **a condição salarial pouco atrativa em contrapartida ao serviço complexo** e **de grande responsabilidade**, além da **falta de experiência e conhecimentos necessários** para a boa execução da contabilidade aplicada ao setor público.

Como Ex-Agente Político (Deputado Estadual por 05 legislaturas - 1999/2015), este Relator **corrobora e compreende bem** a justificativa emanada pelo Gestor do Fundo, **pois conheço bem** a realidade da grande maioria dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, **a qual é precária quanto capacitação dos servidores públicos** - seja pela constante atualização da legislação aplicável ao setor público, pela dificuldade no entendimento das normas contábeis, pela ausência de estrutura, ou pela falta de disponibilização de cursos técnicos na área contábil, dentre outros.

Ainda, sob esta questão, com o intuito de subsidiar o meu voto, trago o julgado do TCE/SC neste sentido:

> *"TCE/SC:*
>
> *Prejulgado:1277*
>
> *Reformado*
>
> *1.Em **face do caráter contínuo de sua função**, o cargo de **contador** deve estar previsto nos **quadros de servidores efetivos** da Prefeitura Municipal e da **Câmara de Vereadores**, quando esta administrar seus próprios recursos, **pois a atividade não se coaduna com cargos de livre nomeação e exoneração**.*
>
> *2. O provimento do cargo de contador requer obrigatoriamente **prévia aprovação em concurso público**, conforme determina o art. 37, II, da Constituição Federal.*
>
> *3. A prática de registros contábeis e demais atos afetos à contabilidade são atribuições que devem ser acometidas a contabilista habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade, sob pena de infração à norma regulamentar do exercício profissional. **Excepcionalmente**, caso não exista o **cargo de contador** nos quadros de servidores efetivos da Prefeitura Municipal ou da Câmara de Vereadores, ou houver vacância ou afastamento temporário do contador ocupante de cargo efetivo, as seguintes medidas podem ser tomadas, **desde que devidamente justificadas e em caráter temporário**, até que se concluam, **em ato contínuo, os procedimentos de criação e provimento do cargo de contador da unidade:***
>
> a) Contratação temporária de contador habilitado e inscrito no CRC, **desde que justificada a necessidade temporária de excepcional interesse público**, conforme preceitua o art. 37, IX, da Constituição Federal.

> b) **Realização de licitação para a contratação de pessoa física para prestar serviço de contabilidade**, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93.
>
> c) **Atribuir a responsabilidade pelos serviços contábeis a servidor efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo**, Legislativo ou na administração indireta, com formação superior em Contabilidade, devidamente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade e regular em suas obrigações - que não o Contador desses órgãos - sendo vedada a acumulação remunerada, permitido, no entanto, o pagamento de gratificação atribuída por lei municipal e de responsabilidade do órgão que utilizar os serviços do servidor.
> 4. Em qualquer das hipóteses citadas nos itens 1, 2 e 3, acima, a contratação deverá ser por tempo determinado, com prazo de duração previamente fixado, para atender a uma necessidade premente; sendo que em ato contínuo deve ser criado e provido por via do concurso público o cargo efetivo de Contador da Prefeitura e da Câmara Municipal, ou ainda até que se regularize eventual vacância ou afastamento temporário de contador já efetivado.
>
> *(...)*
>
> *6. **É vedada a contratação de escritórios de contabilidade, pessoa jurídica, para a realização dos serviços contábeis da Prefeitura ou da Câmara Municipal, ante o caráter personalíssimo dos atos de contabilidade pública.”***

Excepcionalmente, caso não exista o **cargo de contador** nos quadros de servidores efetivos da Prefeitura Municipal, ou houver vacância ou afastamento temporário do contador ocupante de cargo efetivo, as seguintes medidas podem ser tomadas, **desde que devidamente justificadas e em caráter temporário**, até que se concluam, **em ato contínuo, os procedimentos de criação e provimento do cargo de contador da unidade** conforme já mencionados acima (TCE/SC: Prejulgado:1277 - Reformado)

No caso em tela, por se tratar de atividade-fim recomendo que o Executivo Municipal, na figura do(a) Prefeito(a) Municipal atual, adote imediatamente, caso ainda não o tenha feito, a realização de Concurso Público de Provas e Títulos para o preenchimento das vagas de **Contador do Município**, haja vista, que o quadro de profissionais deve ser provido por concurso público, em face dos princípios da isonomia, legalidade e moralidade.

B. Manutenção de Disponibilidade de Caixa em instituição financeira não oficial.

Nesse tópico, o Gestor encaminhou a justificativa, onde relata, que o Município de Corguinho/MS, em sendo um dos menores municípios do Estado, possui uma infraestrutura relativamente pequena. Assim sendo, compreende-se a limitação quanto à instalação de redes bancárias no município, principalmente devido ao baixo interesse dos bancos nacionais, haja vista possuírem um número expressivamente pequeno de habitantes, que poderiam ser correntistas destas instituições.

Em relação às disponibilidades de caixa depositadas em instituição não oficial, aduziu o gestor, que a contratação do banco privado se deu por ausência de instituição bancária oficial no Município, em razão disso, com o fito de realizar suas transações financeiras, tais como pagamento de fornecedores e salário de servidores, a administração municipal se viu na obrigação de contratar com a única instituição bancária existentes no Município, pois, contínua em suas alegações, que as instituições financeiras oficiais mais próximas (Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal) estão localizadas no Município de Campo Grande/MS, situadas a mais de 100 quilômetros de distância da sede do município.

Considerando o indicativo da d.Auditoria e do Ministério Público de Contas para o julgamento como Contas Irregulares se prendeu também a questão da movimentação financeira em bancos não oficiais, entendo ser prudente e necessário colocar alguns posicionamentos desta Corte de Contas e de outras Cortes do nosso país, *in verbis*:

> REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO. CONVÊNIO. CONCESSÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS GUARDAM CONFORMIDADE COM AS NORMAS PERTINENTES À MATÉRIA. LEGALIDADE. CONTAS REGULARES. Na forma do artigo 59, inciso I, da Lei Complementar n. 160/2012, c/c o artigo 171 do Regimento Interno TCE/MS, aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013. (...) No que cinge a irregularidade arguida pelo Parquet de Contas (a instituição bancária escolhida para movimentação dos recursos, trata-se de um banco cooperado, SICRED, instituição não autorizada para movimentação de recursos públicos provenientes de convênio), impõe considerar o argumento apresentado pelo Ordenador de Despesas do Órgão Concedente que, ao atender o chamado desta Corte Fiscal, esclareceu que não existe "Banco Oficial" no Município de Iguatemi, motivo que levou o Convenente a abrir conta na Cooperativa SICRED. (...) Há, inclusive, que se considerar que, preferencialmente, os recursos serão movimentados em banco oficial (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou outros Bancos Oficiais), **todavia, desde que não exista banco oficial no local, existe a possibilidade de movimentação de recursos públicos em bancos não oficiais, devendo ser seguidas todas as demais regras aplicáveis à celebração de convênios e ajustes. (grifei)** AC02-G.MJMS-255/2015- CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
>
> ACÓRDÃO N. 718/06 – PLENÁRIO – TCPR Processo n. 442.268/04 e 407.776/05 Assunto: Consultas Entidades: Município de Fazenda Rio Grande e Câmara Municipal de Maringá Relator: Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca Excepcionalmente, inexistindo agência de instituição financeira oficial no Município, poderá ser realizada licitação, nos termos da Lei 8.666/93, para selecionar o banco em que serão mantidas as disponibilidades financeiras municipais. Processo: 1244/2009 – TCER – RONDÔNIA Assunto: Consulta relativa à necessidade de licitar folha de pagamento do poder público. Consulente: Ministério Público do Estado de Rondônia. Relator: Auditor Davi Dantas da Silva Revisor: Conselheiro Edílson de Souza Silva 1.1. – **Inexistindo instituição financeira oficial no município, admitirse-á o depósito das disponibilidades de caixa e a movimentação de seus recursos financeiros**

em instituição financeira privada, incluídas as aplicações financeiras, desde que essas tenham por lastro títulos ou papéis públicos, observados os seguintes critérios:

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – REGULARIDADE – RECURSOS FINANCEIROS – MOVIMENTAÇÃO EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS NÃO OFICIAIS – NOTAS EXPLICATIVAS – INOBSERVÂNCIA AS DISPOSIÇÕES CONTIDA NA RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE E NO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – RESSALVA – DETERMINAÇÃO – RECOMENDAÇÃO. A constatação de que não cumpriu com a obrigatoriedade de elaborar, publicar e divulgar as Notas Explicativas às DCASP do Fundo, contrariando ao que dispõe a Resolução Conselho Federal de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, enseja ressalva no julgamento regular da prestação de contas anual de gestão. É cabível determinação aos responsáveis para que, ao elaborarem as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público vindouras, elaborem, publiquem e remetam ao Tribunal de Contas do Estado as Notas Explicativas, seguindo modelo/roteiro e rol mínimo previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. **Verificada a inexistência de banco oficial no município, recomenda-se ao atual Gestor para que, quando instalado, sejam mantidas suas disponibilidades de caixa em banco oficial**. (...)(o voto do Relator, RONALDO CHADID - 19/12/18 14:52 Fls.000210 Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul Tribunal Pleno AC00 - 3372/2018 –. Campo Grande, 5 de dezembro de 2018).

EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO FUNDO MUNICIPALPARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE REGULARIDADE DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIDADES DE CAIXA BANCO NÃO OFICIAL RESSALVA. A movimentação de disponibilidades de caixa na rede bancária privada somente é autorizada pela jurisprudência para os casos de pagamento de servidores. A verificação de déficit orçamentário, diante de pequeno desequilíbrio nas contas públicas, e a existência das disponibilidades de caixa em conta de banco não oficial utilizada para pagamentos gerais motiva ressalva no julgamento regular da prestação de contas de gestão. ACÓRDÃO: Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 2ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 27 de fevereiro de 2019, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em declarar a regularidade, com ressalva, da prestação de contas anual de gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Inocência (FMDCA INOCÊNCIA),constando como ordenadora de despesas, Leonor Liria Alves, Secretária Municipal, correspondente ao exercício financeiro de 2012, em razão do déficit orçamentário e pela existência das disponibilidades de caixa em banco não oficial. Campo Grande, 27 de fevereiro de 2019. Conselheiro Waldir Neves Barbosa Relator(TCE-MS - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO: 62022013 MS 1414096, Relator: WALDIR NEVES

BARBOSA, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 2153, de 07/08/2019).

EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO FUNDO MUNICIPALDE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL AUSÊNCIA DE NOTAS EXPLICATIVAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA BANCOS NÃO OFICIAIS RESSALVA DETERMINAÇÃO RECOMENDAÇÃO. A constatação de que as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão desacompanhadas de Notas Explicativas, contrariando ao que dispõe a Resolução Conselho Federal de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, enseja ressalva no julgamento regular da prestação de contas anual de gestão. É cabível determinação aos responsáveis para que, ao elaborarem as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público vindouras, elaborem, publiquem e remetam ao Tribunal de Contas do Estado as Notas Explicativas, seguindo modelo/roteiro e rol mínimo previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Verificada a inexistência de banco oficial no município, recomenda-se ao atual Gestor para que, quando instalado, sejam mantidas suas disponibilidades de caixa em banco oficial. ACÓRDÃO: Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 32ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 5 de dezembro de 2018, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em declarar a regularidade com ressalva da prestação de contas anual de gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Rochedo, correspondente ao exercício financeiro de 2014, na gestão do Sr. João Cordeiro, com determinação ao atual Gestor, ao contador e ao controlador interno para que, ao elaborar e mas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do exercício financeiro de 2018, elaborem, publiquem e remetam a este Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul as Notas Explicativas, seguindo modelo/roteiro e rol mínimo previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e recomendação ao atual Gestor para que, tão logo se instale qualquer agencia oficial no município, sejam mantidas suas disponibilidades de caixa em bancos oficiais, fazendo cumprir o art. 164, § 3º da Constituição Federal de 1988.Campo Grande, 5 de dezembro de 2018.Conselheiro Ronaldo Chadid Relator(TCE-MS - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO: 64892015 MS 1590460, Relator: RONALDO CHADID, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 1933, de 14/01/2019)

A considerar o presente processo, ante a afirmação do Gestor de que em seu município, Corguinho/MS, não existem bancos oficiais, mas apenas e tão somente a Cooperativa Sicredi, deve se trazer ainda à colação da decisão proferida por esta Corte de Contas, em acolhimento ao voto da então Conselheira Marisa Serrano - Processo TC/MS nº 6930/2013 -, quando afirmou, (...), todavia*, desde que não exista banco oficial no local, existe a possibilidade de movimentação de recursos públicos em bancos não oficiais*, (...), *é de se entender que a aplicação da norma constitucional acolhe exceção, posto inexistir, até o presente momento, norma*

federal que regulamente a matéria.

Por fim a este tema, veja-se que o assunto assume o mesmo contorno, ante a inexistência de bancos oficiais no município, as disponibilidades financeiras **podem ser excepcionalmente movimentadas em bancos privados**.

Quanto a este item, recomendo ao Gestor Público atual ou a quem vier a sucedê-lo, que adote medidas para manter as Disponibilidades de Caixa, em instituições Financeiras Oficiais (leia-se pública, controlada pelo Poder Público), ressalvados os casos previstos em lei, cumprindo desta forma o que determina o art. 164, § 3º, da CF/88 e art. 43 da LRF.

Nada obstante, este relator, entende que as impropriedades acima apontadas pela competente equipe técnica da d.Auditoria e pelo ilustre Ministério Público de Contas, em relação ao conjunto da Prestação de Contas em questão**, não comprometem a análise e a confiabilidade das contas em tela,** o que atrai a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, cabendo no presente caso a **aprovação com ressalva.**

DISPOSITIVO

Ante o exposto, consubstanciado na análise da Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão e parcialmente nos pareceres ofertados pela d.Auditoria e pelo Ministério Público de Contas, **VOTO**:

1. Pelo julgamento da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Investimento Social de Corguinho/MS, relativo ao exercício 2017, de responsabilidade da Sra. Renata Canhete (Gestora do Fundo e Secretária Municipal de Ação Social - à época), como **CONTAS REGULARES COM RESSALVA**, nos termos do art. 21, II c/c o art. 59, II, da Lei Complementar nº 160/2012 e art. 17, II, letra “a”, Item 4, do Regimento Interno TCE/MS, pelas razões expostas no relatório-voto;

2. Pela **RECOMENDAÇÃO** ao gestor atual para que observe com maior rigor as normas legais que regem a Administração Pública, evitando que as falhas aqui verificadas voltem a ocorrer, especialmente quanto à ausência de documentos de remessa obrigatória;

3. Pela **RECOMENDAÇÃO** ao gestor atual (Prefeita Municipal) para **providenciar a realização de concurso público para o provimento do cargo de Contador**, o qual não pode ser objeto de terceirização ou de provimento exclusivo em comissão sob pena de burla ao princípio do concurso público, contabilizando-se a despesa decorrente como despesa de pessoal, nos termos previstos na Lei Complementar Federal nº 101/2000, fim de evitar problemas futuros com o limite de gasto com pessoal;

4. Pela **RECOMENDAÇÃO** ao gestor público atual ou quem vier a sucedê-lo, que adote medidas para manter as Disponibilidades de Caixa, em instituições Financeiras Oficiais (leia-se pública, controlada pelo Poder Público), ressalvados os casos previstos em lei, cumprindo desta forma o que determina o art. 164, § 3º, da CF/88 e art. 43 da LRF; e

5. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento ao interessado, nos termos do art. 50, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 99, do Regimento Interno TCE/MS.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator, em declarar a regularidade com ressalva da prestação de contas de gestão, com recomendação ao atual gestor.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Relator o Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros, Waldir Neves Barbosa, Ronaldo Chadid, Osmar Domingues Jeronymo, Marcio Campos Monteiro e Flávio Kayatt.

Presente o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas José Aêdo Camilo.

Campo Grande, 12 de agosto de 2021.

Conselheiro **JERSON DOMINGOS**

Relator

NCB / VAB/dssm